

Dívida interna do governo chega a R\$ 1 tri

Débitos registraram crescimento de 2,6% em fevereiro, puxados por juros altos e emissões de novos títulos públicos

A dívida pública do governo em títulos ultrapassou R\$ 1 trilhão pela primeira vez. Os débitos tiveram um crescimento de 2,6% no mês passado em relação a janeiro devido principalmente à emissão líquida de R\$ 14,8 bilhões em novos títulos e do efeito dos juros sobre o estoque da dívida. Com isso, o total de títulos do governo negociados dentro do Brasil chegou a R\$ 1,01 trilhão, segundo nota conjunta do Tesouro Nacional e Banco Cen-

tral, divulgada ontem.

A dívida total do governo, o que inclui os débitos externos, já havia ultrapassado R\$ 1 trilhão. Além disso, o Plano Anual de Financiamento (PAF), divulgado pelo Tesouro, já prevê que o estoque da dívida encerre este ano entre R\$ 1,130 trilhão e R\$ 1,200 trilhão.

Além dos juros altos pagos pelo governo, a dívida interna tem crescido em ritmo acelerado devido à estratégia adotada pelo Tesouro de cancelar antecipadamente débitos no exte-

rior. Para isso, entretanto, precisa emitir papéis no mercado doméstico para ter o dinheiro necessário para a compra dos dólares que serão usados no pagamento da dívida externa.

EXTERNOS - Nos últimos meses, as principais ações para reduzir a dívida externa incluíram o pagamento de todos os débitos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com o Clube de Paris. Juntos esses pagamentos superaram US\$ 18 bilhões.

Além disso, até o dia 15 de

abril o governo planeja recomprar US\$ 6,6 bilhões em *bradies* - papéis da dívida externa renegociada após a moratória da década de 80.

A dívida atrelada à Selic, taxa de juros que hoje está em 16,5% ao ano, alcançou R\$ 518,05 bilhões, ou 50,95% do total dos débitos. Essa é a parcela da dívida chamada de pós-fixada porque seus fluam junto com a Selic.

Já a parcela da dívida prefixada ficou em 27,88% em fevereiro, contra 26,70%. Para

o governo, quando maior a participação desses títulos, melhor, já que se sabe antes o quanto se vai pagar por eles.

Em relação à dívida indexada a índices de preços, o total ficou em 20,46%, contra 19,15% em janeiro.

DÓLAR - O montante da dívida atrelado ao dólar agora está negativo em 1,37%, levando em conta as operações de *swap* reverso - o governo paga juros e, em troca, recebe a variação do dólar. Com isso, o governo tem

créditos a receber em dólar.

A administração da dívida pública conseguiu em fevereiro elevar para 55 meses o prazo médio das emissões. Em janeiro, esse prazo era de 36,4 meses. Segundo a nota, esse aumento foi possível pela emissão de títulos indexados a índices de preços com prazos mais longos. O prazo médio do estoque passou de 28,8 meses para 29,5 meses. Já a parcela da dívida que vence no curto prazo - em até 12 meses - passou de 40,6% para 38,4%.